



OS COLONOS E A ARQUITECTURA DE ADOBE EM PORTUGAL

Maria Fernandes

CEAUCP – Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
Instituto de Arqueologia, Palácio de Sub-Ripas 3000-305 Coimbra, Portugal
Tel: (351) 239 851603 Fax (351) 239 851609, maria.aleixo@sapo.pt

Palavras-chave: adobe, arquitectura vernacular, paisagem

RESUMO

As colónias agrícolas em Portugal foram exemplos de povoamento nos séculos XIX-XX em regiões que se encontravam desabitadas por motivos de salubridade e propriedade. Este povoamento espontâneo numa primeira fase e planeado numa segunda caracterizou-se pela construção em adobe e pela relação equilibrada entre a paisagem e a arquitectura. De entre os casos conhecidos sobressaem as Gafanhas, no concelho de Ílhavo (região centro litoral oeste) e os Foros, nos concelhos da Moita, Montijo e Vendas Novas (região sudoeste na margem sul do rio Tejo).

As casas da Gafanha e as casas Foreiras são exemplos de tipos arquitectónicos construídos em adobe, associados a povoamento espontâneo e regulamentado, que deram origem a um território de pequena propriedade agrícola extremamente equilibrado. As colónias agrícolas da Gafanha e Pegões (Vendas Novas) foram projecto do Estado nos anos quarenta. Um projecto planificado, desenhado e com modelos de casas da autoria de arquitectos. Nestes modelos arquitectónicos o material adobe desapareceu e foi substituído pelo tijolo furado. Pretendia assim o Estado diferenciar socialmente estas novas colónias das anteriores, mais “pobres” e em adobe.

O objectivo da comunicação é mostrar as diferenças entre estes tipos de povoamento, a sua evolução, o estado de conservação em que hoje se encontram e as perspectivas futuras. A comunicação focará ainda a incorrecta ideia que o Estado Português tinha da arquitectura em adobe, resignada à habitação pobre e frágil, quando toda a história da arquitectura e construção em Portugal provavam exactamente o contrário.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da arquitectura vernacular em Portugal é marcado pelas seguintes linhas de investigação:

- o inquérito à arquitectura rural, cuja responsabilidade coube aos agrónomos da Universidade Técnica de Lisboa;
- os estudos em geografia humana e física centrados sobretudo nas Universidades de Lisboa e mais tarde de Coimbra;
- os estudos de etnografia e antropologia cujo centro veio mais tarde a ser o Museu de Etnografia e Etnologia em Lisboa;
- o inquérito à arquitectura popular realizado pelo então Sindicato Nacional dos Arquitectos Portugueses¹.

As linhas de estudo mencionadas são distintas, desenvolveram-se ao longo do século XX em períodos diferentes e permitiram uma visão abrangente, alargada e completa da realidade portuguesa de então, sensivelmente até aos anos sessenta. Os estudos referentes à arquitectura vernacular foram ainda complementados, pelas monografias locais e mais tarde, por programas específicos que enquadravam o caso Português em realidades diferentes como o Mediterrâneo, a Europa ou em temas mais específicos como a arquitectura em terra no mundo².

A investigação durante a época da ditadura (1926-1974), sobretudo a promovida ou apoiada pelo Estado, caracterizou-se ainda pela visão unitária da “casa Portuguesa”, de índole regional enquadrada na perspectiva do Império Português (Lino, 1943, p. 17-28). É precisamente neste contexto que as colónias agrícolas são projectadas. Para além da subdivisão agrícola de parcelas de território não cultivado e da exploração agrária de pequena propriedade, os projectos de arquitectura das colónias foram concebidos em materiais contemporâneos a simular uma arquitectura “popular portuguesa” que se julgava ser a daquela região. Refira-se que estes projectos-tipo de arquitectura não foram exclusivos das colónias agrícolas, podemos ainda encontrá-los nos empreendimentos públicos de habitação de vilas e cidades, assim como, nas construções de índole pública como as barragens ou as escolas primárias. O mesmo projecto era adaptado com materiais de revestimento diferentes: o granito a norte e a cal a sul. Uma leitura directa do Portugal Atlântico, escuro e de pedra a norte, do Portugal Mediterrâneo, claro e de cal a sul. Uma concepção distorcida dos estudos geográficos que explicavam justamente a enorme diversidade portuguesa em termos de materiais e as inúmeras influências culturais presentes na arquitectura e construção em Portugal.

Ao contrário dos projectos das colónias Italianas, construídas durante a ditadura de Benito Mussolini, nos anos trinta do século XX, cujos projectos eram marcadamente modernos e vanguardistas, as colónias portuguesas foram com o mesmo espírito de ordenamento e influenciadas por estas, marcadamente regionais e “tradicionalistas” (Massaretti, 2004, p. 10-16).

2. AS GAFANHAS

Como em todos os processos de ordenamento territorial, as colónias planificadas foram antecedidas de processos de povoamento espontâneo também designados de colonização³. Estes processos caracterizaram-se por lógicas locais e obedeceram a esquemas de construção e projecto próprios dos sítios e do contexto em que se inseriam, característicos e comuns na arquitectura vernacular. Esta arquitectura “construída pelo povo” ao contrário da arquitectura “construída para o povo”, que caracterizava os projectos planificados pelo Estado é rica em soluções construtivas, extremamente funcional e claramente em sintonia com a paisagem e com as actividades da população que as habita.

O povoamento das Gafanhas⁴ iniciou-se em meados do século XIX, apenas possível após o fecho da barra de Aveiro em finais do século XVIII, que permitiu a secagem de terrenos anteriormente alagados e insalubres daquela zona. A ocupação desse território fez-se de sul para norte, de Vagos para Aveiro (figura 1). Os primeiros colonos vieram justamente da zona de Vagos e, com sucesso, transformaram terrenos incultos em terrenos produtivos à custa de adubarem o solo com o moliço da ria.



Figura 1 – As Gafanhas vista aérea de Sul para Norte. Foto de Filipe Jorge

A divisão do território é feita por iniciativa particular e já se encontra referenciada em documentos a partir de meados do século XVII, mas terá sido a partir do século XVIII/XIX que os aforamentos por jeiras e leiras se terão intensificado⁵.

As primeiras habitações destes colonos foram elevadas com adobo de barro (apenas terra argilosa recolhida nas margens da ria), adobo misturado com conchas de berbigão e ostra ou adobo misturado com felgas ou junco, vegetal característico das margens (figura 2).

“Estes últimos eram designados por – adobos de palhão. Oito dias depois de construídos eram gastos em obra. As paredes das casas construídas com estes adobos de palhão eram vedadas durante o Inverno mas no verão eram atravessadas por grandes fendas abertas entre os adobos mirrados” (Rezende, 1944, p. 70).

Esta descrição dá-nos ideia da fragilidade das primitivas construções e dos problemas de retracção intrínsecos à matéria-prima usada na manufactura do adobe. Hoje em dia é muito difícil de encontrar exemplares destes primitivos adobes de construção. Verificou-se na região uma tendência em reutilizar os primitivos adobes nas construções posteriores e elevadas em adobe de cal e terra, estes últimos mais recentes.

“Os adobos deixaram há muito de ser construídos de barro amassado na eira, para o serem de cal e areia, mas tão brandos que os cortam com serra quando isso se torna necessário para a sua justa adaptação nos assentamentos das paredes. São por isso tão inconsistentes estas construções que os seus donos são obrigados a apertar a casa em tôda a volta com dois fios de arame grosso.” (Rezende, 1944, p. 230)



Figura 2 – Exemplo de parede interior elevada em adobe de palhão em Requeixo, Aveiro

Para além dos terrenos aforados por iniciativa particular, verifica-se ainda na região a concessão de baldios⁶ às Câmaras Municipais de Vagos e Ílhavo por parte da Coroa Portuguesa. Esta concessão permitiu a entrada dos baldios no regime florestal, dando origem à Mata Municipal de pinheiros, e mais tarde, à construção das colónias agrícolas nesses terrenos, promovidas pelo Estado em meados do século XX.

O colono da Gafanha é agricultor e pescador em simultâneo. É proprietário de uma parcela de terreno que explora com a família e trabalha por conta dos proprietários das embarcações de pesca. As casas da Gafanha (figuras 3 e 4) são uma variante das casas Gandaresas e uma versão da casa-pátio que se encontra na região, entre os rios Vouga e Mondego, entre Aveiro e a Figueira da Foz⁷. O povoamento caracteristicamente linear surgiu ao longo das estradas, paralelas à costa, mais concentrado a norte junto ao porto dos Bacalhoeiros (Gafanha da Nazaré) e das vilas pré existentes, como Ílhavo e Aveiro e mais disperso a sul junto a Vagos.

Segundo os etnógrafos e os agrónomos portugueses a construção de uma casa na Gafanha obedecia a um ritual muito específico:

“ Contam que, antigamente, quando dois jovens concordavam em casar, não os preocupava de momento a questão da casa onde viriam a abrigar-se...os parentes e amigos ocupavam-se a sobrepor os telhos da casa e armar o telhado”⁸

A protecção das paredes (reboco e por vezes azulejo na fachada pública), a decoração interior (em estuques, pinturas e fingidos) e o mobiliário eram obrigações dos noivos sendo que a casa lhes era entregue totalmente em tosco pelos familiares e amigos.



Figura 3 – Levantamento arquitectónico da casa Gafanhoe – Museu Etnográfico. Fonte: Câmara Municipal de Ílhavo



Figura 4 – Exemplos de casas Gafanhoeas na Gafanha da Nazaré e Gafanha do Carmo

A Gafanha considerada uma região de povoamento recente no contexto português sempre se caracterizou pela renovação construtiva e arquitectónica. Durante os duzentos anos da sua existência enquanto freguesia (s), as Gafanhas sofreram ao longo da sua existência substituição constante dos edifícios, mantendo-se porém a estrutura dos lotes primitivos, muitas vezes subdivididos, onde são perceptíveis os muros limítrofes em adobe e o poço também construído em adobe. As primeiras construções são hoje inexistentes, pese embora subsistam ainda casas Gafanhoeas, muitas inevitavelmente modificadas e ainda outros tipos habitacionais e comerciais, também construídos em adobe e que substituíram as primitivas habitações (figura 5). A descaracterização só surge em meados dos anos setenta do século XX, com o desordenamento e a falta de meios de planeamento eficazes. Hoje por toda a região facilmente deparamos com prédios, armazéns e casa devolutas, com graves consequências para o equilíbrio ecológico da zona. Um caos urbano sem controlo no horizonte. Numa zona marcadamente costeira e balnear alguns esforços estão a ser levados a cabo para recuperar as casas Gafanhoeas em casas de férias.

As colónias agrícolas de iniciativa do Estado e construídas nos terrenos arenosos da Mata foram ao contrário das primeiras um desastre económico e agrícola. O povoamento foi disperso e enquadrado numa divisão de terreno em quadrícula. Os colonos, não provenientes das regiões próximas e extremamente limitados pelas rígidas cláusulas dos contratos de arrendamento, não conseguiram fazer com que os solos das pequenas

parcelas produzissem o suficiente para o seu sustento. O resultado foi o abandono das terras e mais tarde a completa descaracterização das habitações (figura 6).



Figura 5 – Outros exemplos de casas em adobe nas Gafanhas. Uma habitação “Déco” e uma pensão com padaria em estilo “casa portuguesa”



Figura 6 – Casas da colónia agrícola da Gafanha

3. OS FOROS

A margem sul do Tejo (península de Setúbal) tal como as Gafanhas no centro litoral de Portugal foi sujeita a processos de aforamento diversos, primeiro por iniciativa privada e posteriormente Estatal. Nesta enorme área a diferença reside no povoamento, a margem sul do Tejo é historicamente habitada enquanto as Gafanhas se instalam em terrenos inicialmente desabitados. Na península de Setúbal e a partir de finais do século XIX, à estrutura de propriedade existente - latifúndios, média e pequena propriedade agrícola, todas com habitação e outros equipamentos (adegas, moinhos, lagares, casas de sal, etc.), sobrepõem-se os foros.

“Durante a República se promulgou legislação, em especial a partir de do agravamento dos problemas de abastecimento, surgidos com a guerra de 1914-18, que conduziu à partilha e venda de largos milhares de baldios”⁹

A maioria dos foros contém uma área de 10 000 m² a 15 000 m², ou seja de 1 ha a 1,5 ha, sendo que a legislação posterior dos anos quarenta não permitia que a subdivisão fosse superior a 3 ha. Na verdade estes foros situados nas faixas limite das grandes propriedades funcionavam como uma garantia de mão-de-obra mais barata para a agricultura. O facto do camponês não conseguir subsistir, levavam a que tivesse de trabalhar por um salário menor nas grandes propriedades. A não exclusividade do seu trabalho diminuía radicalmente o salário. Num período em que a emigração começava a ganhar contornos preocupantes em Portugal, a *colonização interna* fixava nas zonas agrícolas mão-de-obra garantida.

Para além da completa dependência do trabalho agrícola, a pesca nesta zona não era uma actividade alternativa, os foros da margem sul do Tejo estavam ainda sujeitos a regulamentação extraordinariamente inflexível no que se refere à construção das casas, instrumentos e material agrícola. Não era permitido ao casal de colonos erguer uma casa

superior a 50 m² e apenas em materiais que não fossem duráveis, entre os quais a pedra estava interdita. É pois com esta interdição que os colonos recorrem à madeira e à terra (adobes) para elevarem as suas habitações.



Figura 7 – Vista geral de Foros, Moita (Setúbal)



Figura 8 – A casa Foreira tipo, planta e corte. Fonte: *Arquitetura Popular em Portugal*, (AA.VV, 1988, p. 222). Casa Foreira na Moita



Figura 9 – Casas Foreiras em Sarilhos Grandes (Pinhal Novo) e Carregueira (Moita)

As diminutas habitações são assim elevadas em adobe, um material auto-manufacturado e posteriormente utilizado em auto construção das habitações, com paredes interiores que não chegam ao tecto e elevadas em finos tabiques de terra. O recurso da terra é muito variável pois verificam-se na zona adobes com adição de cal, pequenas pedras, conchas e material vegetal. Os solos variam de argilosos a arenosos e na generalidade a construção é

muito frágil. Tão frágil que o uso de contrafortes era quase obrigatória para garantir a durabilidade da arquitectura (AA. VV, 1988, p. 223).

Toda esta zona que fica sensivelmente próxima de Lisboa, foi durante os anos sessenta e setenta sujeita à pressão de migração interna e conseqüente aparecimento de enormes zonas de construção clandestina. Hoje é difícil de identificar no território os vestígios destas habitações na paisagem, onde proliferam armazéns, pequenas oficinas e sobretudo novas construções incaracterísticas em volume e escala totalmente dissonante. As habitações que persistem estão abandonadas ou são usadas como arrecadação exterior. Os habitantes actuais, descendentes muitos deles de antigos colonos, construíram novas casas em materiais contemporâneos. A estrutura da propriedade mantém-se na maioria da paisagem e as vedações são ainda uma constante no território.

No que se refere às colónias agrícolas construídas pelo Estado mantém-se, sofrendo porém de inúmeras correcções ao nível da exploração e das actividades ao longo do século XX. Talvez porque o exemplo da Gafanha não tenha sido um grande sucesso, no caso de Pegões (Montijo), as actividades agrícolas foram diversificadas passando por regadio, pomares e pecuária sendo que o próprio projecto evoluiu e mais tarde para apoio dos agricultores foram construídos lagares de vinha e cooperativas de apoio à produção (Lobão, 1960, p. 14-16). Talvez por esse motivo a colónia agrícola ainda se mantém e as casas neste caso não devolutas e menos descaracterizadas que as da Gafanha ainda se encontram habitadas.



Figura 10 – As casas da colónia agrícola de Pegões (Montijo)

4. CONCLUSÃO

Em termos conclusivos e no que se refere à conservação deste património, poder-se-á afirmar que estamos perante um dilema onde se confrontam:

- a conservação da paisagem quando esta é um processo dinâmico;
- a conservação da arquitectura vernacular quando a mesma no caso da margem sul do Tejo, já existem os motivos que estiveram na origem do seu aparecimento.

Em qualquer uma das situações é sempre possível equacionar novos pressupostos e reavaliar as situações. No caso da Gafanha, as casas Gafanhoas são de uma qualidade tal que a procura das mesmas para casa de férias tem sido uma constante na região. Projectos de recuperação em simultâneo com regras de planeamento que evitem a desordem urbana seriam soluções possíveis, para inverter o panorama actual. Também neste contexto turístico poderia ser encarada a colónia agrícola. Um projecto de recuperação que englobasse este novo uso para as casas da colónia fosse uma alternativa para o insucesso agrícola, e quem sabe, a experiência de elevar uma casa-tipo em alvenaria de adobe.

Na zona foreira a situação é um pouco mais complexa. As casas foreiras para serem reabilitadas passam inevitavelmente pela ampliação da construção. A diminuta área e a fragilidade da construção passam inevitavelmente pela alteração da tipologia. A procura

desta zona como segunda habitação para os habitantes da zona metropolitana de Lisboa poderia ser uma alternativa para programas de incentivos à recuperação destas casas. Também neste caso instrumentos de planeamento e gestão urbanísticos eficazes poderiam corrigir e direccionar os erros cometidos no passado. Nesse contexto a prioridade seria a da recuperação paisagística, numa região onde a agricultura de subsistência se encontra em crise mas onde outras formas de exploração agrícola estão a surgir.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV (1988). *Arquitectura popular em Portugal*, 3ª edição, 2º volume. Lisboa: Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses.

AA.VV (coord Henrique de Barros) (1947). *Inquérito à habitação rural*, 2º vol. Lisboa: Ed. Universidade Técnica de Lisboa.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993). *A política agrária do Estado Novo*. Porto: Ed. Afrontamento.

FERNANDES, Maria; MESTRE, Victor (2007). *Portugal Atlântico versus Portugal Mediterrâneo, tipologias arquitectónicas em terra*. In: *Terra em Seminário 2007* (TerraBrasil 2006 e V ATP). Lisboa: Argumentum.

GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1994). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 2ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote.

LINO, Raul (1943). *Casas Portuguesas, alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, 3ª edição. Lisboa: Ed. Valentim de Carvalho.

LOBÃO, António Cortez de (1960). *A exploração familiar na região de Pegões*. Separata da Revista Agros, ano 43, n.º 3, Maio-Junho de 1960. Lisboa: Ed. Ministério da Economia/Junta de Colonização Interna.

MASSARETTI, Giorgio (2004). *Tresigallo città del Novecento*. Bolonha: Editrice Compositori.

REZENDE, João Vieira (1944). *Monografia da Gafanha*, 2ª edição. Coimbra: Ed. Câmara M. de Ílhavo.

NOTAS

1 – O inquérito à habitação rural, promovido pelo senado universitário, foi coordenado pelo professor Henrique de Barros e decorreu entre 1942-6. Este inquérito tinha como objectivo principal conhecer as condições económicas e de salubridade em que viviam as famílias camponesas em Portugal. Os estudos em geografia física e humana foram coordenados pelos professores Orlando Ribeiro e Amorim Girão a partir de meados do século XX. Esta escola que marcou toda uma geração de geógrafos e mais tarde de urbanistas e de profissionais do planeamento territorial em Portugal é ainda conhecida pela investigação no Ultramar (antigas colónias Portuguesas) e pelas inúmeras publicações referentes ao tema. Os estudos de antropologia e etnologia que vinham na linha e na escola desenvolvida por Leite de Vasconcelos dos inícios do século XX analisaram a habitação e a vida quotidiana das populações, com uma metodologia singular, própria das comunidades. Estes estudos não partiam de uma visão exterior mas sim interior das comunidades, ou seja com as suas referências e códigos. O método pressupunha a integração na comunidade local para a sua posterior análise. Estes estudos decorrem sensivelmente nos anos cinquenta e desenvolvem-se até meados dos anos setenta. De entre os autores destacam-se: Fernando Galhano, Jorge Dias e Ernesto Veiga de Oliveira. O inquérito à arquitectura popular portuguesa é uma iniciativa do Sindicato Nacional dos Arquitectos Portugueses e de certa forma ele nasce para contrariar as tendências nacionais que se desenhavam então da “casa portuguesa”. Pretendiam os arquitectos com este levantamento provar que em Portugal não existia uma “arquitectura” mas sim várias e diversificadas arquitecturas, com laços comuns com o Mediterrâneo e outros Continentes. O levantamento da arquitectura vernacular e erudita patente neste inquérito comprovou a sua enorme adaptação aos sítios, a intrínseca relação com os materiais locais e demonstrou a complexidade desse produto construído fruto de inúmeras influências culturais no território português. O inquérito decorreu entre 1955-60 e surge a partir da ideia original de Francisco Keil do Amaral. Nela participaram inúmeros arquitectos dos quais destacamos os da zona centro (Beiras, Estremadura e Ribatejo),

Francisco Keil do Amaral, José H. Lobo, João Malato, Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias.

- 2 – Nomeadamente a participação portuguesa nos programas da Comunidade Económica Europeia, Euromed Heritage (MEDA, CORPUS, arquitectura tradicional Mediterrânea, 1998-2001), Cultura 2000 (Houses and cities built with earth, 2004-6) e nas conferências internacionais TERRA 93, TERRA 2000 e TERRA 2008.
- 3 – Por colonização entenda-se todo o povoamento ou repovoamento em áreas anteriormente não habitadas. Esse povoamento pressupõe a chegada de habitantes vindos do exterior ou de outras regiões – os colonos.
- 4 – Designa-se de Gafanha toda a região arenosa pertencente aos concelhos de Vagos e Ílhavo, com cerca de 25 km de comprimento por 5 km de largura, compreendida entre os afluentes da ria de Aveiro: Mira (a poente) e Boco (a nascente).
- 5 – Quintas, Morgadios e propriedades de maiores dimensões são assim subdivididas, em pequenas áreas não inferiores a 0,5 ha e arrendadas, em foros e outros contratos por 5, 10 20 anos ou mais, mediante um pagamento anual. Esta subdivisão só foi possível devido há existência de água nesses terrenos o que permitiu após a recuperação do solo a exploração agrícola intensiva.
- 6 – Os baldios eram terrenos comunitários cultivados e geridos pelas populações. Após a guerra civil em 1834 a Coroa portuguesa entrega a propriedade da quase totalidade dos baldios aos Municípios. Este movimento volta a ser retomado pela República em 1910.
- 7 – A este respeito veja-se as diferenças entre estes dois tipos arquitectónicos em Fernandes e Mestre (2007, p. 226). No que respeita à casa Gandaresa e suas variantes consultar os trabalhos de etnografia em Galhano e Oliveira (1994, p. 182-205).
- 8 – Entregar a «casa fechada» conforme a designação local era entregá-la já telhada, com janelas, portas e, às vezes com a cozinha e um quarto pavimentados e forrados (AA.VV, 1947 p. 70). O resto ficava a cargo dos novos esposos (Rezende, 1944, p. 231).
- 9 – Decretos 4812 de 1918; 7933 de 1921, 9843 de 1924 e 10 552 de 1925 (Baptista, 1993, p.25).

AUTORA

Maria Fernandes, arquitecta (FA/UTLisboa, 1986) é investigadora do CEAUCP e bolsista da Universidade Coimbra desde 2006. Frequentou os cursos ARC 91 (ICCROM), PAT 92 (CRATerre/ICCROM) e PAT 96 (ICCROM/CRATerre/GCI/INCPPeru) é Mestre em recuperação do património arquitectónico e paisagístico (UÉvora, 1998) e Doutoranda em arquitectura (FCT/UCoimbra).